



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROCURADORIA-GERAL ELEITORAL**

Ofício nº 796/2023 - GT-VPG

Brasília, 10 de novembro de 2023.

A Sua Excelência a Senhora

NOME

OUTROS

ENDEREÇO

ENDEREÇO\_3

CEP

E-mail: EMAIL

**Assunto: Ameaças reiteradas à parlamentar municipal. Comunicação expedida à PR/MG para adoção de providências.**

**Referência: Ofício nº 791/2023 - GT-VPG (PGR-00425894/2023)**

Senhora Vereadora,

Cumprimentando-a, informo a Vossa Excelência, conforme cópia de ofício anexa, que comunicamos a Procuradoria da República em Minas Gerais (PR/MG) sobre os fatos noticiados<sup>1</sup> por Vossa Excelência, para a adoção das providências apuratórias criminais cabíveis, haja vista a persistência das ameaças e o risco de concretização de novos atos de violência física pelo(s) autor(es) de crimes de violência política contra parlamentares do Estado de Minas Gerais.

Os desdobramentos da representação enviada à PR/MG poderão ser acompanhados no Ministério Público Federal através do Protocolo PGR-00425894/2023.

Atenciosamente,

RAQUEL BRANQUINHO P. M. NASCIMENTO

**Procuradora Regional da República**

**Coordenadora do GT Violência Política de Gênero**

---

**Notas:**

1 - Comunicação enviada ao Ministério Público Federal, noticiando o recebimento de novas ameaças, por e-mail, em 25/10/2023, pela [REDACTED] PROFISSAO [REDACTED], as quais teriam ensejado a disponibilização de segurança, pelo prefeito do município de [REDACTED] ENDERECO [REDACTED], para resguardar a integridade física da parlamentar.



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROCURADORIA-GERAL ELEITORAL**

Ofício nº 791/2023 - GT-VPG

Brasília, 10 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

**LAURO COELHO JUNIOR**

Procurador da República

Procuradoria da República em Minas Gerais

**Assunto: atos de violência política contra parlamentares do Estado de Minas Gerais.**  
**Apuração em curso. Ameaças reiteradas à** [NOME\_2]

**Referência: E-mail PRR1-00037584/2023**

Senhor Procurador da República,

1. Cumprimos-o e, considerando os termos do Ofício n. 6999/2032/LCJ, pelo qual Vossa Excelência informa a requisição de inquérito policial para apurar fatos noticiados por esta coordenação, relacionados a atos de violência política contra parlamentares desse Estado, bem como a informação de que já houve a instauração do competente inquérito, encaminho a Vossa Excelência a representação acima, de autoria da [NOME\_2] e que se relaciona a esses mesmos fatos.

2. A noticiante relata ocorrência de ameaças reiteradas que têm se intensificado, o que ensejou, inclusive, a disponibilização de segurança à integridade física da parlamentar pelo prefeito do município, por intermédio da guarda municipal.

3. Acrescenta a noticiante que *“Infelizmente no dia 25/10/2023 recebi novas ameaças através do e-mail, o que me preocupa haja vista que há Operações Policiais em curso sobre o caso”*, ou seja, mesmo diante da divulgação de várias providências apuratórias,

inclusive pela Polícia Civil, conforme noticiado pela vítima, o indicativo é de que o(s) agressor(es) não se intimidou e persiste com as ameaças que, inclusive, reverberam no seio social, o que potencializa o risco de concretização de atos de violência física, o que restringe a liberdade das parlamentares alvo dos ataques e dificulta o exercício do respectivo mandato.

4. Necessária uma investigação policial mais abrangente, a partir de uma coordenação interna de operações, perícias e medidas apuratórias conjuntas pelos próprios órgãos da Polícia Federal, o que já foi solicitado ao Ministério da Justiça e será reforçado à Direção-Geral da Polícia Federal.

5. Feitas essas breves considerações, encaminho esse novo relato da **PROF** **PROF**, a qual, no dia 25 de outubro recebeu novo e-mail com teor semelhante e que está anexo à representação por ela encaminhada a este MPF.

Atenciosamente,

**RAQUEL BRANQUINHO P. M. NASCIMENTO**

**Procuradora Regional da República**

**Coordenadora do GT Violência Política de Gênero**



Este documento foi alterado em cumprimento à legislação de proteção de dados pessoais. Foi preservado o conteúdo adequado, relevante e necessário para atender as normas de publicidade, transparência e acesso à informação de interesse público.